



Newsletter do Sindicato Nacional do Ensino Superior  
Associação Sindical de Docentes e Investigadores

# InfoSNESup

Número 127 – Outubro de 2010 – 1ª Quinzena

## SUMÁRIO

- ✓ **TRÊS QUESTÕES SOBRE AS MEDIDAS ANUNCIADAS**
- ✓ **REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL**
- ✓ **REUNIÕES COM GRUPOS PARLAMENTARES**
- ✓ **ACÇÃO DE FORMAÇÃO**  
**“NOVOS ESTATUTOS DE CARREIRA DOCENTE, O QUE MUDOU”**
- ✓ **SNESup CONTINUA EMPENHADO**  
**NA DISCUSSÃO DOS REGULAMENTOS DE AVALIAÇÃO**
- ✓ **EVENTOS**
- ✓ **DIÁRIO DA REPÚBLICA**

---

## TRÊS QUESTÕES SOBRE AS MEDIDAS ANUNCIADAS

O SNESup pronunciar-se-á sobre a proposta do Orçamento do Estado para 2011 quando conhecer o respectivo articulado.

No entanto, o que se conhece das medidas propostas, e a análise do que vem sendo publicado, suscitam, entre outras, três questões.

A primeira diz respeito ao alcance das medidas de redução de vencimentos e outras, e designadamente, à sua extensão temporal.

O Primeiro Ministro começou por dizer que eram medidas para 2011. O Ministro das Finanças na própria conferência de imprensa, desmentiu-o. Mais tarde, Sócrates diz que para 2012, haverá negociação. Teixeira dos Santos em entrevista ao Expresso de 9 de Outubro, diz que são definitivas e que não quis optar pelo não pagamento do subsídio de Natal (proposto com grande alarde pelo antigo ministro, administrador da GALP e bastonário da Ordem dos Economistas, Murteira Nabo) justamente para não dar ideia de que se tratava de uma medida pontual. Pela mesma ordem de raciocínio, também não lhe ocorreu a possibilidade de um empréstimo forçado, titulado por certificados de dívida pública, com remuneração baseada na

taxa de inflação, ou em todo o caso mais baixa do que a dos mercados internacionais, como o seu antecessor Miguel Cadilhe fez em tempos com um pagamento em certificados de aforro.

Trata-se portanto de uma medida definitiva, e que aliás será provavelmente reforçada com novo corte em 2012. Ernâni Lopes defendeu uma redução de 20 / 30 %, José Filipe Correia Guedes estima em 1/3 do vencimento o que os que têm emprego no Estado ganham a mais, Pedro Maia Gomes contenta-se com 10%.

<http://www.snesup.pt/htmls/EklylEVyuAjyyciEYJ.shtml>

Haverá aqui uma agenda escondida que não tem a ver com as dificuldades orçamentais? Talvez.

Por um lado, os mesmos economistas vêm defendendo a redução dos salários da função pública para reduzir a pressão para aumento salarial nos privados. Os jornais já publicam reivindicações das associações patronais no sentido de o Código do Trabalho ser revisto para permitir a redução de vencimentos sem acordo dos interessados. No ensino superior particular aliás há escolas onde há dez anos não há actualização de remunerações.

Por outro lado, poderá estar em causa a intenção de tornar mais atractiva, em futuro não muito longínquo, a privatização de parte das instituições de ensino e de saúde, bem como da Caixa Geral de Depósitos e de diversas empresas públicas, cujo pessoal não tem, nem nunca teve, estatuto de função pública, privatização essa que, como a dos CTT, poderia ser justificada pela necessidade de reduzir a dívida pública.

A segunda diz respeito à constitucionalidade de legislação que vise reduzir vencimentos.

Demos publicidade no nosso site a alguma jurisprudência constitucional:

<http://www.snesup.pt/htmls/EklyAAEpAVnUOvEsgW.shtml>

Há em todo o caso que ter em conta que a Constituição dá prioridade no Orçamento às obrigações decorrentes de lei e de contrato.

Poderá haver dúvidas se quanto ao regime de nomeação a lei pode introduzir alterações. No entanto, a partir do momento em que a nomeação foi substituída por um regime de contrato de trabalho em funções públicas, parece-nos claro que os contratos têm de ser respeitados. *Pacta sunt servanda...*

Se deixou de existir a segurança, não faz sentido continuar a dizer que se troca remuneração por segurança.

Se não se admite a quebra dos contratos relativos a empreitadas, arrendamentos, títulos de dívida, mesmo invocando razões orçamentais, como admitir a quebra dos contratos de pessoal? O que não se faz com a Mota-Engil ou com o Banco Espírito Santo pode fazer-se com o pessoal mais qualificado das instituições públicas?

A terceira, diz respeito à questão das contrapartidas.

No simulacro de negociação realizada com as associações sindicais da função pública, para o qual mais uma vez não convidou o SNESup, o Ministério das Finanças e Administração Pública não ofereceu, ao que se saiba, quaisquer contrapartidas.

Para nós, sem prejuízo da necessária firmeza nos princípios, importa, com algum pragmatismo, preparar um Caderno de Encargos a colocar a quem tenha capacidade de decisão, seja o Ministério das Finanças, seja o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, seja a Assembleia da República.

Nas contrapartidas a incluir nesse caderno de encargos não poderão faltar as relativas à estabilidade contratual, por exemplo:

- o alargamento da *tenure* aos professores auxiliares, professores adjuntos e investigadores;
- a passagem a contrato por tempo indeterminado dos investigadores do Ciência actualmente em contrato a termo, e o reconhecimento do carácter laboral da situação dos bolseiros de pós-doutoramento;
- o respeito escrupuloso dos regimes transitórios dos Estatutos de Carreira e a clarificação por via legislativa de dúvidas de interpretação que eventualmente se suscitem.

Estamos a trabalhar segundo essa linha de orientação.

## REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL

Tendo em consideração a grave situação que hoje vivemos e os cenários que se avizinham para o ensino superior, foi agendada uma reunião do Conselho Nacional do SNESup para o dia 23 de Outubro às 11h, na sede de Lisboa.

Os temas a abordar nesta reunião estão sobretudo relacionados com a tomada de posições face às medidas recentemente anunciadas pelo governo, como podem ler na ordem de trabalhos:

1. Discussão e aprovação de um "Caderno de Encargos" a apresentar aos órgãos de soberania tendo em conta, designadamente as medidas anunciadas no Comunicado do Conselho de Ministros de 29 de Setembro e suas previsíveis consequências no ensino superior e na investigação científica;
2. Deliberação sobre emissão de pré-aviso de greve para 24 de Novembro de 2010 a ratificar em Assembleia Geral, bem como sobre outras formas de actuação.
3. Ratificação de deliberações e indicação de representantes do Conselho Nacional em outras estruturas.

Nesta altura difícil para o ensino superior é fundamental a mobilização de todos.

Será muito importante que todos os delegados sindicais com acento neste órgão façam um esforço para comparecerem na reunião de dia 23 de Outubro e que todos os colegas, sócios e não sócios, façam chegar as suas ideias e perspectivas aos seus representantes nas instituições.

O debate será tanto mais rico quanto maior for a participação de todos.

## REUNIÕES COM GRUPOS PARLAMENTARES

O SNESup reuniu nas passadas semanas com todos os grupos parlamentares da oposição para apresentar um conjunto de propostas para o Orçamento de Estado para 2011 que não representando qualquer encargo para o Orçamento de Estado antes permitirão solucionar e esclarecer várias situações pertinentes.

Num momento em que se coloca a necessidade de reajustar a legislação que regula a mobilidade na Administração Pública, o SNESup propõe que seja contemplada a possibilidade de, no trânsito entre instituições de ensino superior, ser contabilizado, a requerimento do interessado, para efeitos de período experimental, o tempo de serviço já prestado na mesma categoria mas em outra instituição, o que poderia ser também aplicado a outras carreiras especiais com períodos experimentais superiores a um ano.

O SNESup propõe ainda que, face à produção de inúmeros regulamentos decorrentes da recente revisão dos Estatutos de Carreira com vista à regulação de matéria laboral, seja concedida às associações sindicais legitimidade para pedir a declaração de ilegalidade com força obrigatória geral evitando assim uma litigância em massa contra as normas ilegais que tem vindo a ser instituídas em vários regulamentos.

O SNESup alertou ainda para o problema do voluntariado no ensino superior que tem vindo a ser regulado por algumas instituições como uma forma ilegal e imoral de cumprimento de funções docentes, nomeadamente por bolseiros e investigadores, e que mereceu a preocupação dos vários grupos parlamentares.

Destacamos o interesse mostrado por todos os grupos parlamentares face às propostas apresentadas tendo ficado mesmo com alguns assumido o compromisso de defender as propostas apresentadas e submetê-las em sede de votação do articulado do Orçamento de Estado para 2011.

## **ACÇÃO DE FORMAÇÃO**

### **“NOVOS ESTATUTOS DE CARREIRA DOCENTE, O QUE MUDOU”**

No passado dia 9 de Outubro teve lugar nas instalações do Instituto Superior de Engenharia do Porto a acção de formação para associados e delegados sindicais do SNESup intitulada: "Novos estatutos de carreira docente, o que mudou".

A acção foi ministrada pelo Sr. Dr. José Henriques Martins, jurista que colabora com o SNESup, tendo sido abordados temas relacionados com: os Novos Estatutos de Carreira Docente, nomeadamente a natureza dos novos tipos de vinculação e os direitos dos delegados sindicais.

Houve acesso debate entre os participantes sobretudo em temas relacionados com a precariedade e o regime transitório.

Na acção participaram cerca de 20 docentes predominantemente da região norte do país, mas também de Lisboa, Algarve, Beja e Açores.

Esperamos repetir esta acção brevemente na região de Lisboa.

## **SNESup CONTINUA EMPENHADO**

### **NA DISCUSSÃO DOS REGULAMENTOS DE AVALIAÇÃO**

Reuniu no dia 14 uma delegação do SNESup composta pelos Delegados Sindicais do Instituto Politécnico do Porto e Presidente da Direcção, com a Presidência do IPP, numa reunião conjunta com o SPN para a apresentação de contributos preliminares sobre o projecto de regulamento de avaliação de desempenho dos docentes que se encontra em discussão pública até 22 de Novembro. Continuam a preocupar o SNESup questões de ilegalidade como a não consideração da realização da avaliação pelos Conselhos Técnico-Científicos ou a participação

dos Conselhos Pedagógicos. O SNESup promoverá nas próximas semanas reuniões de docentes no IPP com vista à discussão do projecto de regulamento em causa para preparar a posição a quando da audição sobre a versão final do regulamento após a discussão pública.

Está também já marcada para o próximo dia 27 de Outubro uma reunião com a Presidência do Instituto Politécnico de Bragança com vista à discussão do regulamento de avaliação de desempenho desta instituição.

## **EVENTOS**

### **- Seminários HoST de História da Ciência e da Tecnologia**

#### **“Synthetic biology as a replica of synthetic chemistry? The uses and misuses of history”**

18 de Outubro de 2010 às 15 horas

Local: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sala de aulas 2, piso 0

### **- Seminários “Raising funds for research:**

#### **an informal discussion of why, how, where, when and so what”**

20 de Outubro de 2010 das 10-12 horas

Local: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sala de aulas 2, piso 0

### **- Seminário “O poder das perguntas: uma Apresentação sobre Inovação em Democracia”**

19 de Outubro de 2010 às 16 horas

Local: CES - Coimbra, sala de seminários, piso 2

Para mais informações consulte:

[http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=2911&id\\_lingua=1](http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=2911&id_lingua=1)

### **- Seminário “O processo de institucionalização das operações de paz multidimensionais da ONU e os impactos sobre a reconstrução de Estados falidos”**

19 de Outubro de 2010 às 14 horas

Local: CES - Coimbra, sala de seminários, piso 2

Para mais informações consulte:

[http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=2880&id\\_lingua=1](http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=2880&id_lingua=1)

### **- Colóquio “Leitura: investigação e ensino”**

18 e 19 de Outubro de 2010 às 14 horas

Local: Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, anfiteatro III

Para mais informações consulte:

<http://www.labpsicoling.com/coloquio-leitura/>http://www.labpsicoling.com/coloquio-leitura/>

### **- Ciclo de Seminários “Portugal não é um país pequeno – O fim do Império Colonial e a Cena Internacional”**

Quintas-feiras, 14:30 – 16:00

Local: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Edifício II, sala B201

- 11 de Novembro – “Cabo Verde e São Tomé e Príncipe no período pós-colonial. Uma comparação”
- 25 de Novembro – “ A FPLN e os movimentos de libertação”
- 16 de Dezembro – “ Políticas para com o Islão em Moçambique, 1965-1974: mediações e relações de poder num contexto colonial”

## DIÁRIO DA REPÚBLICA

**Portaria n.º 1056-B/2010, de 14 de Outubro, 2º Suplemento** - Segunda alteração à [Portaria n.º 924-A/2010](#), de 17 de Setembro, que define os grupos e subgrupos farmacoterapêuticos que integram os diferentes escalões de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos. <http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/20001/0000200002.pdf>

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2010, de 11 de Outubro** - Aprova o Regimento do Conselho de Ministros do XVIII Governo Constitucional e concretiza diversas medidas do programa de simplificação legislativa SIMPLEGIS.  
<http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/19700/0442104433.pdf>

**Portaria n.º 1009-A/2010, de 1 de Outubro, 2º Suplemento** - Primeira alteração à [Portaria n.º 49/2007](#), de 8 de Janeiro, que define as regras a que deve obedecer o financiamento público dos cursos profissionais de nível secundário.  
<http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/19202/0009200106.pdf>

**Decreto-Lei n.º 106-A/2010, de 1 de Outubro, Suplemento** - Adopta medidas mais justas no acesso aos medicamentos, combate à fraude e ao abuso na comparticipação de medicamentos e de racionalização da política do medicamento no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e altera os Decretos-Leis n.os [176/2006](#), de 30 de Agosto, [242-B/2006](#), de 29 de Dezembro, [65/2007](#), de 14 de Março, e [48-A/2010](#), de 13 de Maio.  
<http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/19201/0000200005.pdf>

---

**Lisboa** – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas  
Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - [snesup@snesup.pt](mailto:snesup@snesup.pt)

**Porto** – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas  
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - [snesup.porto@snesup.pt](mailto:snesup.porto@snesup.pt)

**Coimbra** – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas  
Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - [snesup.coimbra@snesup.pt](mailto:snesup.coimbra@snesup.pt)